

## **O PRAZER DO PODER NA BIOPOLÍTICA. UM DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT, MBEMBE E PRECIADO**

Giovana Carmo Temple<sup>1</sup>  
Regiane Lorenzetti Collares<sup>2</sup>

Resumo: O objetivo deste texto é analisar de que maneira Foucault reflete, em sua produção dos anos 1970, a relação entre prazer e poder nas configurações de uma biopolítica, da política implicada em nossas próprias vidas. Veremos, assim, como a prática do exercício do poder parece se reforçar pelo prazer do seu exercício na medida em que, na biopolítica, a subjetividade se torna efeito e instrumento do poder não apenas pela sujeição, mas sobretudo pelo prazer em exercer o poder. Na sequência, será problematizada a extensão da relação entre prazer e poder nas noções de “necropolítica” e “farmacopornografia”, por meio das quais Mbembe e Paul Preciado, respectivamente, retomam a noção de biopolítica.

Palavras-chave: Biopolítica. Necropolítica. Farmacopornografia. Poder.

Abstract: The objective of this article is to analyze how Foucault reflects, in his work of the 1970s, the relationship between pleasure and power in the configurations of a biopolitics, of the politics implied in our own lives. We will see, therefore, how the practice of exercising power seems to be reinforced by the pleasure of its exercise to the extent that, in biopolitics, subjectivity becomes an effect and instrument of power not only through subjection, but above all through the pleasure of exercising power. After that, the extension of the relationship between pleasure and power in the notions of “necropolitics” and “pharmacopornography” will be problematized, through which Mbembe and Paul Preciado, respectively, resume the notion of biopolitics.

Keywords: Biopolitics. Necropolitics. Pharmacopornography. Power.

### **I Introdução**

Em suas obras, particularmente aquelas escritas ao longo dos anos 1970, Michel Foucault nos apresenta uma análise das relações de poder. Destacamos aqui a palavra “relações” porque Foucault não tem por objetivo explicar o que é o poder, mas analisar “como” ele se exerce, por quais formas, estratégias e táticas. Para tanto, o método é a pesquisa genealógica. A

---

<sup>1</sup> Doutora em filosofia pela UFSCar, mestre em Filosofia pela UNESP/Marília. E-mail: giovanatemple@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia pela UFSCar, mestre em Filosofia pela UFC. E-mail: regianecollares@hotmail.com



genealogia foucaultiana nos reporta aos acontecimentos históricos que fizeram com que, por exemplo, o suplício não tenha simplesmente desaparecido para que então o encarceramento punitivo pudesse surgir sustentado pelos ideais modernos do humanismo.

Um exemplo de como Foucault desenvolve sua pesquisa genealógica sobre o poder encontramos em uma entrevista de 1975 (1994a, *DE II*, p. 796), na qual ele formula a passagem do suplício para o poder disciplinar como um “deslocamento funcional” que nos mostra como a partir do século XVIII se privilegia certa forma de poder e de controle político. De imediato, duas consequências deste deslocamento funcional podem ser destacadas. A primeira é a de que o suplício não deixou simplesmente de existir, mas deixou de ser praticado porque uma outra prática de exercício do poder, que é o controle contínuo do corpo, se torna mais eficiente econômica, política e socialmente. E, a segunda, que complementa a primeira na medida em que é o seu efeito, o encarceramento punitivo não surge como resposta do Estado às reivindicações dos ideais humanistas, muito embora tenha sido este o discurso oficial utilizado para justificar as mudanças das práticas punitivas.

Como destaca Foucault, ainda nesta entrevista<sup>3</sup>, o encarceramento punitivo dos corpos tem uma funcionalidade na sociedade moderna vinculado a um exercício do poder e uma ação política de controle dos corpos, e não a uma humanização da pena. Para exemplificar, um destes deslocamentos está na forma pela qual a sociedade moderna transfere o suplício para o poder policial. Com a polícia, a modernidade institucionaliza o suplício como prática legal e efetiva para coibir e repreender o crime e exterminar o “criminoso”. O suplício, portanto, não desaparece. Apenas muda de forma e de estratégia.

É por isso que o objetivo de Foucault não é o de definir o que é o poder. Tal perspectiva sedimentaria historicamente o poder a uma determinada prática e, portanto, a uma forma de exercício, a um agente ou Instituição que o exerce e aos sujeitos a ele. Vejamos mais um exemplo deste método de pesquisa de Foucault. São os “deslocamentos funcionais” do exercício do poder que

---

<sup>3</sup> Sobre estas análises, conferir o livro *Vigiar e Punir* (1975).

Foucault analisa na passagem do louco para o doente mental. Quando o louco, o personagem excluído, mas ainda assim aceito, desqualificado, mas que fazia rir, recebe o *status* preciso de doente mental é o momento em que o sujeito passa a ter existência a partir de certas especificidades que definem algumas essências humanas; momento em que um horizonte de tratamentos e cuidados se abrem para o doente mental por meio de uma tomada de poder institucional do saber médico sobre o doente.

Uma característica central do exercício do poder tal como Foucault o analisa é a sua produtividade. Os deslocamentos funcionais do exercício do poder nos mostram como, sobretudo a partir do século XVIII, a repressão é uma categoria inadequada para corresponder ao poder, e o seu lugar é ocupado pela produtividade do poder. Enquanto a repressão nos conduz diretamente ao interdito, à lei, a um sentido negativo, abusivo, restritivo do poder; o seu caráter produtivo responde de maneira mais eficiente ao questionamento do porquê atendemos às determinações do poder, mas não apenas isso, também parece ser o caminho para explicar por que reiteramos práticas de poder sobre nós mesmos e sobre o outro, nos constituindo a partir das normatizações do poder.

E Foucault afirma (1994b, *DE III*, p. 149) em uma entrevista de 1976 que aquilo que sustenta o poder, que faz com que o aceitemos, “é tão simplesmente que ele não pesa somente como um poder que diz não, mas que de fato, ele atravessa, ele produz as coisas, ele *induz ao prazer* (grifo nosso), ele forma o saber, ele produz o discurso”. O que o autor de *O Nascimento da Biopolítica* identifica com os “desbloqueios funcionais do poder” é como a partir do século XVIII as monarquias da época clássica desenvolveram aparelhos estatais (como o exército, a polícia, administrações fiscais) que instituíram, por sua vez, novas relações de poder que fizeram com que os efeitos do poder circulassem entre nós de maneira ininterrupta, programada, individualizada, adaptada, seja por seu discurso seja por suas normas que passaram a fazer a gestão e fiscalização do espaço, da saúde, da sexualidade, da educação, da natalidade, da mortalidade, dos desejos.



Foquemos, assim, nossa atenção, ao caráter produtivo do poder, sobretudo o que se coloca a partir das práticas biopolíticas, para então analisar uma questão central, qual seja: haveria uma relação entre poder e prazer? Ou, ainda, em outras palavras: temos prazer em exercer o poder, prazer não apenas de fazer circular os efeitos do poder sobre os outros, mas também sobre nós mesmos? Esta pergunta se justifica como tentativa de compreender o êxito continuamente renovado das práticas biopolíticas, mas também da necropolítica e da farmacopornografia, como analisam, nesta ordem, Mbembe e Paul Preciado.

Deleuze e Guattari já refletiram sobre este tema no livro *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Como destaca Foucault (1994c, *DE III*, p. 134) no “Prefácio” escrito para esta obra, vemos com Deleuze e Guattari que o maior adversário que temos é o próprio fascismo, mas não apenas o fascismo histórico de Hitler e Mussolini, mas o fascismo que há em todos nós. O fascismo que nos faz gostar do poder, desejar ter e exercer o poder em nossas atividades quotidianas, perpetuando em nós mesmos e no outro um poder que nos domina e nos explora. Mas é também um poder cujas práticas biopolíticas e farmacopornográficas nos permitem novas sensibilidades com o nosso corpo, redefinem os espaços públicos e privados, administram o comércio sexual, desenvolvem estatísticas e normas que orientam a vida familiar, o casamento, a criação dos filhos, inclusive por meio de dispositivos ginecológicos e pílulas que garantem a ereção masculina. O nosso objetivo neste texto é, portanto, desenvolver a relação entre prazer e poder considerando as práticas biopolíticas e problematizar esta relação a partir do conceito de necropolítica, de Achille Mbembe, e farmacopornografia, de Paul Preciado.

## II A tecitura biopolítica

Roberto Esposito, no livro *Bios: biopolítica e filosofia*, mostra que o conceito de biopolítica possui uma história conceitual que antecede a dada por Foucault. Trata-se de textos que, segundo Esposito (2010, p. 32), Foucault, ainda que sem citar, “retoma sob a forma de simultânea reposição e

desconstrução crítica”. Estes textos Esposito (Ibid., p. 32) cataloga em três blocos “diferentes e sucessivos, caracterizados respectivamente por uma abordagem de tipo organicista, antropológico e naturalístico.” Aquele que primeiro adotou o termo “biopolítica” foi o sueco Rudolph Kjellen. Explica Esposito (Ibid., p. 34) que Kjellen não compreende o Estado como um produto artificial da livre escolha dos indivíduos, mas como uma “forma vivente”, possuidora de instintos e impulsos naturais, um “Estado-corpo”. Em Kjellen, a palavra grega “bios” designa a vida natural, física, mas também a vida cultural. O estado de natureza prolonga-se, assim, historicamente para o plano cultural.

Nos rastros desta primeira formulação, a biopolítica vincula-se, com o texto *Staatsbiologie*, publicado em 1920 pelo barão Jacob von Uexküll, não a um Estado qualquer, mas ao Estado alemão. A biopolítica assume a tarefa de preservar a saúde pública do Estado alemão que se via ameaçado por formações subversivas, como as sindicais que lutavam pelo direito à greve e que poderiam levar à dissolução do Estado. Ao ganhar um contorno eminentemente autoritário, a biopolítica se coloca como estratégia de eliminação dos “parasitas” que corrompem o corpo político alemão. Neste momento, trata-se sobretudo de estratégias biopolíticas que visam garantir a “higiene” do Estado alemão.

Um terceiro texto é analisado por Esposito como pertencente a este primeiro bloco organicista da biopolítica. Trata-se do texto intitulado *Biopolitics*, do inglês Morley Roberts, publicado em 1938 em Londres com o título *An essay in the Physiology, Pathology and Politics of the Social and Somatic Organism*. Neste texto, explica Esposito, a conexão também é a política com a biologia e, em particular, com a medicina. Esposito mostra como no texto de Morley é dada à biopolítica a tarefa de reconhecer, antecipadamente, os riscos orgânicos que infestam o corpo político e identificar os mecanismos de defesa (também biológicos) que farão frente a eles<sup>4</sup>. Morley desenvolve então um paralelo entre Estado e corpo humano que envolve a compreensão médica do

---

<sup>4</sup> Aqui está uma referência ao “sistema imunitário” que interessará particularmente às reflexões seguintes de Esposito: a análise entre o aparelho defensivo do Estado e o sistema imunitário.

sistema imunitário, “individualizando para cada elemento biológico o correlativo político, “dos antígenos [antígenos] aos anticorpos, da função da tolerância ao sistema retículo-endotelial” (ESPOSITO, 2010, p. 36).

O segundo bloco teórico sobre a biopolítica, o antropológico, registra-se na França dos anos sessenta. Neste momento, a teoria biopolítica aparece como uma reformulação semântica que busca desvinculá-la do nazismo, conferindo ao *bios* uma referência histórica como possibilidade de explicar a história da civilização a partir das leis da vida celular e biológica, incluindo à análise da biopolítica as potências naturais da vida atreladas à necessidade de que a política incorpore forças espirituais como a da justiça, da caridade, da verdade. O resultado, segundo Esposito, é que a biopolítica perde a sua identidade, transformando-se num “humanismo tradicional”, enfatizando que o campo biopolítica é aquele que diz respeito à vida e aos riscos iminentes de morte da humanidade, incluindo estes temas “num conjunto mais amplo do tipo ‘antropológico’ que por sua vez remete para o projeto de uma ‘política multidimensional do homem.’” (Ibid., p. 38).

O terceiro bloco é marcado por uma perspectiva do tipo naturalístico e teve seu início em 1973 quando a “International Political Science Association” o começa a investigar oficialmente a relação entre biologia e política. A partir desta data, explica Esposito, vários congressos internacionais (realizados na França, na Itália e nos Estados Unidos das Américas) tratam da biopolítica por um recorte naturalístico influenciado pelo darwinismo social e por técnicas de investigação biológica para estudar e prever o comportamento político. Nesta perspectiva naturalística da biopolítica, a política não deve buscar conformar ou dominar a natureza, mas compreender a natureza como condição de existência da política.

Apesar de Foucault não se reportar a estas diferentes interpretações que precedem sua análise sobre a biopolítica, para Esposito (Ibid., p. 44) é justamente o posicionamento crítico de Foucault, sustentado pela genealogia nietzscheana, que o faz se distanciar da maneira pela qual a modernidade



teceu a relação entre política, natureza a histórica<sup>5</sup>, conferindo, assim, um caráter de ineditismo à biopolítica foucaultiana. De maneira cronológica, há quatro momentos centrais do trabalho de Foucault que o conceito de biopolítica é desenvolvido pelo filósofo. Em 1974, em uma conferência proferida no Rio de Janeiro, intitulada “O nascimento da medicina social”<sup>6</sup>Dois anos mais tarde no primeiro volume de *História da Sexualidade. A vontade de saber*, publicado em 1976, e no curso ministrado Còllege de France *Em defesa da sociedade* (1975-76). E, em 1978-79, quando Foucault ministra no Còllege de France o curso *O nascimento da biopolítica*<sup>7</sup>.

Interessa-nos retomar as análises da biopolítica dos anos de 1975 e 1976, partindo da afirmação de Foucault (1993, p. 128) de que “a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda” dos mecanismos de poder utilizados pela soberania que até então se apropriavam da propriedade, das coisas, do tempo, dos corpos e, eventualmente, da vida dos súditos. Essa transformação profunda resultou numa política científica de aprimoramento, controle e investimento biológico como marca da soberania de uma população que, apenas excepcionalmente, leva populações inteiras à destruição para a garantia da sobrevivência de uma outra população. Isso nos mostra como, para Foucault, o poder soberano não deixou de existir a partir da época clássica, mas que é preciso compreender os “desbloqueios funcionais” do poder que tornaram muito mais rentável econômica e politicamente administrar o aspecto biológico da vida do que eventualmente provocar a morte.

Sobre esta transformação profunda dos mecanismos de poder a que Foucault se refere, é preciso reconhecer que uma programação eugênica da

<sup>5</sup> Afirma Esposito (2010, p. 45): “A circunstância de que por trás, e por dentro, da sua perspectiva biopolítica esteja em primeiro lugar a genealogia nietzscheana tem a sua influência a este propósito. Porque é dela justamente que deriva aquela capacidade oblíqua de desmontagem e de reelaboração conceptual que confere aos seu trabalho a originalidade que por todos lhe é reconhecida.”

<sup>6</sup>Texto publicado por Roberto Machado em *Microfísica do Poder*. Foi retomado pelos organizadores de *Dits et écrits*, vol. III, 1994, p. 207 e seguintes.

<sup>7</sup> O projeto deste curso seria o de estudar o liberalismo em sua formulação geral e, posteriormente, chegar ao problema da política da vida. Contudo, apenas esta primeira formulação é realizada por Michel Foucault. Assim, é ainda naqueles três primeiros textos que Foucault analisa de modo mais atento os desdobramentos do exercício da biopolítica

população saudável<sup>8</sup> está em curso há mais de dois séculos; ou pelo menos desde o momento em que o poder assumiu a função de gerir a vida e não mais a de preservar a manutenção do poder de um soberano que decidia pela morte quando precisava se defender ou quando exigia que fosse defendido. Firmamos, na biopolítica, um contrato com uma prática de poder que deliberadamente se fundamenta num projeto de medicalização da população a partir do qual oferta três categorias principais de sujeito: o normal, o anormal e o patológico. Transitamos entre estas categorias almejando o modelo por excelência do corpo-espécie alcançável por uma eficiente rede farmacológica.

Se para Foucault a questão não é compreender a substituição ocorrida entre as diferentes técnicas de poder (da soberania para as práticas disciplinares e destas para a biopolítica), mas os seus deslocamentos funcionais, tal perspectiva parece ser eficiente para analisar a excepcionalidade do poder de morte frente a uma gestão da vida que administra a mortalidade da população. Isso se considerarmos que uma política de morte, que detém o direito de morte, não mobiliza as mesmas estratégias de poder que uma política voltada para a administração dos processos constitutivos da vida como o nascimento, as doenças, o envelhecimento e a morte.

Ter o domínio da mortalidade, e não da morte, talvez seja a estratégia que melhor expresse o caráter produtivo da biopolítica, deste poder que, como afirma Foucault (1997, p. 221), “faz as pessoas viverem tão bem que consegue fazê-las viver no mesmo momento em que elas deveriam, biologicamente, estar mortas há muito tempo”. Se esta afirmação atesta a eficiência da biopolítica na gestão da vida, restaria perguntar se ela é suficiente para explicar a relação entre prazer e poder. Sobre isso, em uma entrevista de 1975 para o *Jornal da Tarde*, questiona-se a Foucault (1994d, p.816-817), retomando a afirmação de Reich de que as massas não foram enganadas, mas desejaram o

---

<sup>8</sup> Joel Birman (2021, p. 78) se refere se refere à programação eugênica da população saudável nos seguintes termos: “A biopolítica se estruturou precisamente nesse contexto histórico, tendo como seu correlato a constituição da bio-história. O que estava em questão era a conjugação rigorosa dos registros do *corpo disciplinar* e do *corpo-espécie*, matérias-primas por excelência do poder *disciplinar* e do *biopoder*, de maneira que o adestramento corporal era a contrapartida para a programação eugênica da população saudável e com boas possibilidades de reprodução biológica.”



fascismo, como é possível desejar um poder repressivo. E Foucault explica que de fato é difícil compreender tal possibilidade se dirigirmos o olhar apenas para o aspecto negativo e repressor do poder, o qual impede a compreensão daquilo que o torna forte, que é justamente os seus efeitos positivos sobre a vida. Nas palavras de Foucault (Ibid., p. 816): “o poder tem efeitos positivos, produz o saber, *induz o prazer* (grifo nosso). O poder é amável”. Ainda, ele explica que se o poder fosse apenas repressivo “teríamos de admitir seja interiorização do interdito, seja o masoquismo do sujeito” (Ibid., p. 816- 817).

Em uma entrevista do mesmo ano, intitulada “Hospícios. Sexualidade. Prisões”, a relação entre poder e prazer reaparece quando Foucault afirma que é preciso avançar para uma análise que considere algo “muito mais perverso” do que a repressão do poder, que é o fato de que o poder cria “o desejo, ao provocar o prazer, produzindo saber” (1994e, p. 772). E justamente por isso é muito mais difícil nos afastarmos do poder, impedindo que ele se exerça ao promover uma “tomada de consciência” para freá-lo ou subvertê-lo. O poder não se limita à categoria de um “supereu freudiano”, adverte Foucault (Ibid., p. 772), ele se exerce no corpo, constitui nossa subjetividade, define nosso comportamento, “mistura-se com o desejo e o prazer”.

Seria então o prazer provocado pelo poder, a partir da multiplicidade de conhecimento ofertado pelo saber para se viver mais e melhor, que sustenta a engrenagem, desde a época clássica, da política de vida? Menos do que uma servidão voluntária a um poder que subjuga e uma obediência masoquista ao poder, a biopolítica mostrou que é possível uma obediência prazerosa ao poder? Seria então, justamente por isso, que a política de morte tenha sido tomada como a excepcionalidade, a falha trágica, o inusitado do poder? O prazer em vigiar, controlar, normatizar, planejar o nascimento, adiar o envelhecimento, corrigir o corpo, mudar de corpo, fabricar a ereção, regular e alterar os hormônios etc., parece ser, assim, como afirma Foucault (1994e, p. 200) numa entrevista de 1976, o momento em que compreendemos “a um só tempo como obedecer ao poder e encontrar nessa obediência um prazer que não é necessariamente masoquista”.

### III Industrialização da morte e produção do corpo

É Achille Mbembe quem faz referência à expressão “industrialização da morte” no ensaio *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. (2018). As análises desenvolvidas por Mbembe acentuam o poder de morte como característica imperativa da soberania cujos efeitos e práticas não foram minimizadas tampouco tornadas excepcionais a partir do século XVIII. O que significa que os “deslocamentos funcionais” identificados por Foucault entre soberania, disciplina e biopolítica, não correspondem à intransigente marca soberana do poder. Desta maneira, para Mbembe, a cesura biológica entre as raças realizada num domínio que é essencial biológico, tal como afirma Foucault no curso *Em defesa da sociedade* (2000, p. 304), não é a excepcionalidade do poder soberano na contemporaneidade justamente porque a política de morte não o é.

Mbembe apresenta neste ensaio a história<sup>9</sup> do terror praticado pelo poder soberano, na qual a escravidão desponta como uma das primeiras práticas biopolíticas da nossa história. Nesta história do terror, diferentes estratégias políticas de morte são retomadas, inclusive as utilizadas ainda na atualidade, como a mutilação, o extermínio, o estupro, o fuzilamento, o massacre e a repressão. E, embora reconheça a importância das análises de Foucault, Mbembe (2018, p. 71) conclui o seu ensaio afirmando “que a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte”. A insuficiência da perspectiva foucaultiana a que se refere Mbembe se explica, como foi dito, pelo fato de que os deslocamentos funcionais entre as práticas de poder (soberania, disciplina e biopolítica) analisados por Foucault subestimam o poder de morte constitutivo

---

<sup>9</sup> Optamos por nos referir a uma perspectiva histórica e não genealógica do terror apresentada por Mbembe porque para nós é ainda uma questão a apreensão da história por Mbembe enquanto *Herkunft* ou *Ursprung*, como analisa Foucault a partir de Nietzsche, e se não seria esta uma distinção metodológica entre Mbembe e Foucault.

da nossa história política, concedendo a ele o lugar da excepcionalidade, porque raro, na política contemporânea. Soma-se a isso o fato de que para Mbembe a política de morte deve considerar ao lado da biopolítica o estado de exceção e a instituição ficcional do inimigo a ser exterminado.

Em suas análises neste ensaio, Mbembe retoma, especificamente, a aula proferida por Foucault em 17 de março de 1976, no curso *Em defesa da Sociedade*, na qual Foucault analisa o racismo como prática biopolítica assassina do Estado, da qual historicamente o nazismo é o exemplo mais significativo. Mbembe, por sua vez, contrapõe estas análises afirmando que as estratégias de produzir a morte em massa realizada pelo nazismo (câmaras de gás e forno) foram o “ponto culminante de um longo processo de desumanização e de industrialização da morte” (2018, p. 21) que não se inicia portanto, com a racionalidade instrumental da morte provocada por um racismo de raça ou de classe (fábrica, exército, burocracia, prisão).

Assim, Revolução Industrial e Guerra Mundial podem ser marcos históricos para a análise da industrialização da morte, mas não são suficientes para entender a história do terror a qual estamos vinculados. São as diferentes fontes das quais provêm o terror na modernidade que Mbembe analisa a partir do conceito de necropoder. Nesta história, Mbembe não deixa de retomar as práticas de suplício do Antigo Regime, a fusão entre terror e razão promovida pela Revolução Francesa e o terror instalado com o Iluminismo que nos legou a busca pela verdade. Contudo, e este é o ponto central do necropoder para Mbembe (2018, p. 27), qualquer relato histórico do terror moderno deve considerar inicialmente o terror da escravidão, “que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biolítica”. Por isso, para Mbembe, é imprescindível analisar a noção de biopoder considerando outros dois conceitos, a saber, o de estado de exceção e o de inimigo (ficcional). Alicerçado a estes três conceitos, Mbembe desenvolve uma análise da política de morte a partir de sua história do terror.

E é justamente o sistema de *plantation* (sistema de exploração colonial sustentado, viabilizado e executado com a escravidão) que caracteriza o

estado de exceção caro à Mbembe para a análise do necropoder (análise da relação entre política e morte a partir da biopolítica, do estado de exceção e do inimigo ficcional). A *plantation* é o espaço no qual o escravo perde o lar, o direito sobre o corpo e o estatuto jurídico; o escravo é, em poucas palavras, propriedade do seu senhor. Outro terror caracteriza os sistemas de *plantation*, trata-se da prática biopolítica de controle da raça: esterilização forçada, seleção da raça, proibição de casamentos mistos. Mbembe analisa, ainda, o terror que marca os processos de dominação colonial e mostra como a guerra colonial foi particularmente eficiente quando instituiu um inimigo imaginário, a saber: o “selvagem”. Foi a caça a este inimigo que promoveu um estado de exceção contínuo nas colônias, justificado como um extermínio à serviço da ‘civilização’”. (MBEMBE, 2018, p. 35).

*Plantation* e colônia nos mostram como a soberania se afirma, inclusive ainda nas ocupações colônias da modernidade (como no caso do regime do *apartheid* na África), como o poder que define quem deve morrer e quem deve viver. Para Mbembe, o necropoder corresponde, desta maneira, às práticas biopolíticas, de estado de exceção e criação do inimigo (ficcional), praticadas desde à escravidão até às ocupações coloniais contemporâneas, como a da Palestina. A relação entre poder e política configura-se, assim, em uma prática de poder (necropoder) e uma prática política (necropolítica) que subjugua a vida ao poder da morte. Ao menos é esta a distinção que parece ser possível estabelecer destes dois conceitos utilizados por Mbembe no ensaio *Necropolítica* (2018).

A história do terror feita por Mbembe revela o contínuo fortalecimento e exercício político do poder de morte. Assim, moderar o poder de morte em virtude de estratégias biopolíticas de controle da natalidade, da mortalidade, da saúde, revela não a sua fraqueza e desuso em face de uma política da vida, mas em como nos acostumamos, na contemporaneidade, em “viver na dor” (MBEMBE, 2018, p. 68). A vivência na dor significa dia após dia lidar com o medo, a desconfiança, a angústia e o temor de termos de lidar com um poder suficientemente forte para atentar contra a nossa vida. Viver na dor, portanto,

não significa exclusivamente viver na guerra, mas viver quotidianamente em meio a estruturas militares fortificadas; bloqueios policiais nas ruas e estradas; toques de recolher que aprisionam famílias em suas casas; soldados patrulhando bairros e casas; crianças mortas e mutiladas por balas perdidas; pais humilhados, espancados e mortos na frente de suas famílias; civis sendo supliciados e mortos pela força policial de modo corriqueiro.

Constatada a presença irreparável do poder de morte na política pelo menos desde a escravidão, como refletir o seu caráter produtivo senão pelo aspecto da quantidade de corpos mortos acumulados? O que Mbembe destaca é a política como prática de exercício do poder que nos lança a diferentes estratégias de exercício da soberania frente as quais o terror constitui a vida. Assim, se a noção de biopolítica, tal como Foucault analisa no curso *Em defesa da sociedade*, não é suficiente para as análises que Mbembe propõe, isto se deve ao menos por três motivos. O primeiro é pelo fato de que Mbembe compreende, no ensaio *Necropolítica*, a política como poder de morte. Segundo, pelo fato de que para Mbembe a modernidade é efeito de várias práticas de soberania, mas que em nenhuma delas o poder que a constituiu, que é o de tirar a vida, foi tão desvinculado do seu sentido como na contemporaneidade que, ao optar pela crença na razão como verdade do sujeito e da política como exercício da razão na esfera pública, acabou por associar a soberania a uma autogestão, a uma autonomia do sujeito, transformando o massacre de uma população na exceção do poder soberano.

O terceiro motivo está no fato de que não é a razão e o sujeito que devem pautar a análise da soberania, mas a vida e a morte. E por isso Bataille aparece como interlocutor de Mbembe sobre a soberania. Com Bataille, Mbembe analisa a soberania “como violação de proibições” reabrindo a questão dos limites da política; retomando a compreensão da política como trabalho de morte e a soberania não como uma autolimitação que racionalmente o sujeito se impõe, mas propriamente como o direito de matar. E é neste ponto que é preciso nos desviarmos da relação entre prazer e poder para compreender como a política de morte para Mbembe dialoga com o

erotismo da soberania, a saber, como transgressão do interdito, como limiar para além do qual o assassinato é possível<sup>10</sup>. Para tanto, os conceitos de estado de exceção e de inimigo ficcional são acoplados ao de biopolítica para as análises da soberania e do terror promovido por sua política de morte. Afirmando que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, é que para Mbembe a morte de sujeitos e populações não é a exceção do espaço político contemporâneo, mas característica do direito de matar da soberania. Por isso que a política deve ser pensada como uma política de morte, uma “transgressão em espiral”, como “a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu”, mostrando, assim, como o interdito do assassinato, embora universal, nunca tenha se oposto à guerra, como afirma Bataille (2020, p. 88)

Paul Preciado, por sua vez, no livro *Testo Junkie* (2018), converge a noção de biopolítica e de necropolítica para sua análise da contemporaneidade enquanto *era farmacopornográfica*. Para tanto, o acento de Preciado está no caráter produtivo da biopolítica, considerando a indústria farmacêutica, pornográfica e a de guerra como os pilares do capitalismo pós-fordista. A hipótese de Preciado (2018, p. 42) é a de que:

(...) as matérias-primas do processo produtivo atual são a excitação, a ereção, a ejaculação, o prazer e o sentimento de autossatisfação, controle onipotente e total destruição. O verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopornográfico da subjetividade, cujos produtos são a serotonina, o tecnossangue e os hemoderivados, a testosterona, os antiácidos, a cortisona, o tecnoesperma, os antibióticos, o estradiol, o tecnoleite, o álcool e o tabaco, a

---

<sup>10</sup> Afirma Bataille em *O erotismo* (2020, p. 88-89): “A proposição ‘o interdito está aí para ser violado’ deve tornar inteligível o fato de que o interdito do assassinato, embora universal, nunca se opôs à guerra. Estou mesmo seguro de que, sem o interdito, a guerra é impossível, inconcebível!”. Os animais, que não conhecem o interdito, não conheceram, a partir de seus combates, a empresa organizada que é a guerra. A guerra, em certo sentido, se reduz à organização coletiva de movimentos de agressividade. É, como o trabalho, coletivamente organizada; como o trabalho, ela se atribui a finalidade, correspondente ao projeto refletido daqueles que a conduzem. Isso não quer dizer que a guerra e a violência se oponham. Mas a guerra é uma violência *organizada*. A transgressão do interdito não é a violência animal. É ainda a violência, exercida por um ser capaz de razão (colocando no caso a sabedoria a serviço da violência). No mínimo, o interdito é o limiar somente além do qual o assassinato é possível; e, coletivamente, a guerra é determinada pelo limiar transposto.



morfina, a insulina, a cocaína, os óvulos vivos, o citrato de sildenafil (Viagra) e todo completo material e virtual que participa da indução de estados mentais e psicossomáticos de excitação, relaxamento e descarga, e também no controle total e onipotente. O sexo é o corolário do capitalismo e da guerra, o espelho da produção. O corpo sexual e viciado e o sexo e todas as suas derivações semiótico-técnicas são, daqui em diante, o principal recurso do capitalismo pós-fordista.

A produção farmacopornográfica define hoje, para Preciado, uma nova era da economia política mundial, não por sua abrangência quantitativa, mas pelo fato de que a indústria farmacêutica e pornográfica são responsáveis por dominar todo fluxo capital do presente. Com Preciado, o processo de medicalização do ocidente analisado por Foucault a partir do século XIX subsidia a noção de *potentia gaudendi*, ou “força orgásmica”, como conceito que no domínio farmacopornográfico melhor traduz a força de trabalho que o capitalismo revela ser o seu substrato. Por este conceito Preciado (2018, p. 44) entende “a potência (presencial ou virtual) de excitação (total) de um corpo”.

É justamente esta força orgásmica que o capitalismo atual mobiliza (econômica e politicamente) em qualquer forma que ela venha a assumir: em sua forma farmacológica, em sua representação pornográfica (mídia digital, televisiva ou telefônica) ou como serviço sexual. É uma força carnal e digital, e por isso seu limite não está no corpo, tampouco na biologia. Isso porque, para Preciado, o corpo constitui-se, na era farmacopornográfica, pelo empreendimento de uma tecnociência. A força orgásmica pretende mostrar que a distinção aristotélica entre *zoe* e *bios* precisa ser substituída, respectivamente, pelo conceito de “vida nua”, tal como formulado por Agamben, e vida biotecnológica.

Com Preciado, portanto, a “vida nua” - a condição biopolítica do sujeito despojado de status jurídico ou de cidadania (o prisioneiro de um campo de concentração ou o imigrante ilegal), reduzido apenas à sua existência física - é entrelaçada à vida assimilada por tecnologias que se tornam constitutivas do corpo e da subjetividade. E, assim, vemos como a vigilância médico-jurídica e a espetacularização midiática, intensificada pelas técnicas digitais e

processamento de dados, fazem com que, por exemplo, o silicone se torne seio; neurotransmissores alterem percepções e comportamentos; hormônios produzam efeitos sistêmicos sobre a fome, a agressividade, o sono, a excitação sexual e a decodificação social da feminilidade e da masculinidade (PRECIADO, 2018, p. 86).

A farmacopornografia, nos rastros do pensamento foucaultiano<sup>11</sup>, é um conceito que detalha e reflete como o poder nos constitui e como nós o constituímos. Vemos com as análises de Preciado uma aproximação entre prazer e poder se considerarmos, sobretudo, o consumo (frenético) físico e biológico pela produtividade (midiática, de controle, sexual e farmacológica) ofertada pela biopolítica. Preciado (2018, p. 86) inclusive afirma que na farmacopornografia não se trata mais de refletir o corpo habitando espaços disciplinadores, uma vez que o próprio corpo está habitado por eles. As subjetividades, por sua vez, são constituídas pela substância fornecida ao seu metabolismo, pelas próteses cibernéticas e desejos farmacopornográficos que orientam as ações e constituem o sujeito. Temos, assim, o modo pela qual nos tornamos “sujeitos-cannabis, sujeitos-cocaína, sujeitos- álcool, sujeitos-ritalina, sujeitos-cortisona, sujeitos-silicone, sujeitos-heterovaginais, sujeitos-dupla-penetração, sujeitos-Vagara, sujeitos-dinheiro...” (PRECIADO, 2018, p. 38). O que faz com que a farmacopornografia corresponda ao capitalismo pós-fordista nos seguintes termos: um capitalismo que menos do que produzir objetos, investe na invenção de um sujeito a partir da produção de desejos, reações químicas, próteses, corpos e subjetividades.

Na era farmacopornográfica, o conceito de *potentia gaudendi* “é uma força de transformação do mundo em prazer” que inventa e produz em larga escala um corpo desejável por meio de uma gestão “biomidiática da subjetividade”, do “controle molecular” e “da produção de conexões virtuais audiovisuais” (Preciado, 2018, p. 54). Instrumentalização generalizada da existência humana que é, ao lado da destruição material de corpos humanos e

---

<sup>11</sup> Cf., por exemplo, DE III, a entrevista Questions à Michel Foucault sur la géographie, pg. 33 e seguintes, e Pouvoirs et stratégies, pg. 408 e seguintes.

populações, as formas de soberania que Mbembe destaca como preocupação central de suas análises. Mas, é preciso destacar, Preciado explora como práticas de poder produzem corpos e subjetividades a partir, sobretudo, das estratégias políticas em torno do sexo e da sexualidade. E Preciado reconhece, seguindo Foucault, como a soberania (vinculado por Preciado à necropolítica), as práticas disciplinares e a biopolítica não são poderes que se sobrepõem, mas estão justapostos atuando na produção de corpos e subjetividades. A questão, contudo, para Preciado (Ibid., p.84), é destacar esta produção a partir do que foi “negligenciado” por Foucault em suas análises, a saber, a emergência, no começo da Segunda Guerra Mundial, de um arsenal tecnológico que é introduzido, molecularmente inclusive, no corpo, cujos efeitos de prazer comprovam a sua eficácia reiteradamente.

### **Considerações finais**

Joel Birman, no livro *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade* (2021), embora se utilize sobretudo da psicanálise freudiana em suas análises, retoma o pensamento de Foucault quando analisa a economia do corpo empreendida a partir do século XIX. Envelhecimento, longevidade, ideal estético de beleza e o contínuo processo de medicalização do Ocidente iniciado no século XIX são temas que Birman analisa mostrando como as categorias de normal, anormal e patológico passam a dominar compulsivamente os discursos médicos e as políticas pública que, por uma gestão biopolítica, passam a administrar a vida da população.

Birman reconhece a eficácia da produtividade da biopolítica refletindo o sujeito da contemporaneidade a partir de uma condição que passa a o acompanhar: o “mal-estar do corpo”. Para Birman, o “mal-estar no corpo” atinge a população como efeito da medicalização massiva conduzida por estratégias biopolíticas que tomaram não apenas a vida, mas a qualidade de vida da população, como o maior investimento político. Se observarmos, como analisa Birman, o modo pela qual o envelhecimento se transformou em enfermidade - a ser combatida por uma multiplicidade de “cuidados” dirigidos

ao corpo - vemos como a biopolítica promove a afirmação contínua do saber médico. Trata-se do momento no qual, de forma resoluta, se diz sim ao discurso médico, com a população conclamando para que o saber médico seja exercido sobre a saúde, o corpo, o espaço, o tempo, os desejos.

Mas este “mal-estar no corpo” não significa estratégias e rituais de morte, mas de adoecimento da população travestido de políticas de vida. As técnicas estéticas, médicas, farmacológicas são sempre um natimorto. Isso porque rapidamente são substituídas por outras ainda melhores, mais eficientes e mais caras. É praticamente impossível ter o corpo que a biopolítica nos oferta, embora isso não seja motivo para reduzir ou frear as ofertas e consumos desta política de vida.

Quando problematizamos a relação entre poder e prazer na biopolítica, vimos que Foucault a conduz de maneira crítica ao destacar que há algo muito mais “pérfido” na biopolítica do que na repressão, que é justamente o fato de que a biopolítica é exercida, multiplicada e intensificada no interior desta relação. Paul Preciado não problematiza esta relação apenas no interior da biopolítica, pois a considera constitutiva da *era farmacopornográfica*. Inclusive Preciado (2018, p. 40) identifica os limites das análises de Foucault afirmando que elas “são biopoliticamente interrompidas quando chegam à cintura” uma vez que, para Preciado, como destacamos, Foucault “negligencia” as transformações das tecnologias de produção do corpo e da subjetividade que apareceram a partir da Segunda Guerra Mundial. Não deixa de ser curiosa esta afirmação se considerarmos as análises de Foucault em torno do sexo e da sexualidade na biopolítica. Mas o seu caráter crítico revela o objetivo central de Preciado (Ibid., p. 40): “E se, na realidade, os corpos insaciáveis da multidão, seus paus, clitóris, ânus, hormônios e sinapses neurosexuais; e se o desejo, a excitação, a sexualidade, a sedução e o prazer da multidão fossem os motores de criação de valor agregado na economia contemporânea?”.

Já Mbembe resgata da genealogia do poder de Foucault o exercício da soberania, enfatizando que o caráter produtivo da biopolítica não deve se sobrepor ao poder de morte e à história de terror que nos acompanha, pelo

desde a escravidão, sob o risco de torná-lo excepcional. Para desvincular o poder de morte de um caráter excepcional, Mbembe analisa a história política desde a escravidão considerando três estratégias de poder: o biopoder, o estado de exceção e a instituição do inimigo ficcional.

Que seja destacado: para Mbembe o poder soberano não se manifesta a partir do século XVIII sobretudo pela cesura biológica entre as raças, levando, em casos raros, ao extermínio de populações inteiras. Para Mbembe, a nossa história política moderna foi suturada com a linha do terror, a partir da qual o poder de morte, por meio de estratégias biopolíticas, mas também da exceção e do inimigo ficcional, garantiu a permanência da soberania na contemporaneidade. A soberania não pode ser assim reduzida à autolimitação individual, à ideia de um sujeito “soberano” de si mesmo. As experiências de destruição humana na contemporaneidade não são acontecimentos raros, mas uma política soberana para a qual a morte não é limite, não é tabu, mas é justamente a “diferença colocada em jogo pela violação de um tabu” (Mbembe, 2018, p. 16). E, pelas variações deletérias da relação entre prazer e poder no âmbito da biopolítica que aqui examinamos, resta-nos o seguinte questionamento: se as teias de poder capturam nossos prazeres, voltando-os por vezes contra nós mesmos, que outras espécies de prazeres podem fazer frente a uma espécie de *além do princípio de prazer biopolítico* que nos compele à morte e à destruição da vida coletiva?

## Referências:

AGAMBEN, Giorgio. Bataille e o paradoxo da soberania. In: **Outra travessia**: revista de literatura, n. 05, 2005. Acessado em 2 de junho de 2020, <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12583>

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Tradução Fernando Scheibe. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (FILÔ/Bataille).

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. 4ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

ESPOSITO, Roberto. **Bios**: biopolítica e filosofia. Tradução M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, M. Radioscopie de Michel Foucault. In: **Dits et écrits II**. Paris: Gallimard, 1994a, pp. 783-817.

FOUCAULT, M. Entretien avec Michel Foucault. In: **Dits et écrits III**. Paris: Gallimard, 1994b, pp. 140-160.

FOUCAULT, M. Préface In: **Dits et écrits III**. Paris: Gallimard, 1994c, pp. 133-136.

FOUCAULT, M. Michel Foucault. Les réponses du philosophie. In: **Dits et écrits II**. Paris: Gallimard, 1994d, pp. 805-817.

FOUCAULT, M. Les mailles du pouvoir. In: **Dits et écrits IV**. Paris: Gallimard, 1994e, pp. 182-201.

FOUCAULT, M. Questions à Michel Foucault sur la géographie. In: **Dits et écrits III**, 1994.

FOUCAULT, M. Pouvoirs et stratégies. In: **Dits et écrits III**, 1994.

FOUCAULT, M. **Naissance de la Clinique**. Paris: PUF, 1963.

FOUCAULT, M. **Surveiller et Punir**. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, M. (1975-1976). **Em Defesa da Sociedade**. Trad. Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. (1976). **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Albuquerque. RJ: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. (1978-79). **O nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

JORON, Philippe. Georges Bataille e a comunicação soberana. In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 35, abril de 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.



Criar Educação, Criciúma, v. 12, nº1, jan/jul 2023.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

PRECIADO, P. B. PRECIADO, Paul. **Aprendendo do vírus.** n-1, 2020, disponível em: <https://n-1edicoes.org/007>

Recebido Julho 2022  
Aprovado Março 2023.